

## ENTREVISTA

## ENTREVISTA COM O ATIVISTA PELOS DIREITOS DA CAUSA LGBTTI

Por Raquel Simone Varaschin

João W. Nery é graduado em psicologia pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor universitário, psicoterapeuta e pesquisador em Gênero, especialista em Sexologia pelo Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia (IEDE). Ativista pelos direitos da causa LGBTTI.

**I. Primeiro você publicou o livro autobiográfico *Erro de pessoa: João ou Joana*, no qual você narra sua transexperiência, seus conflitos e angústias vividas desde sua infância dentro de uma sociedade que discrimina o “diferente”. No segundo livro autobiográfico: *Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois*, você aborda sobre as “várias masculinidades diferentes e que são constituídas também pelas tecnologias da cultura dominante”. Como você avalia as transformações socio-políticas ocorridas durante a sua trajetória como primeiro transhomem operado no Brasil? E sobre o Projeto de Lei “João Nery” que tramita na Câmara dos Deputados desde 2013, que busca garantir à população trans o reconhecimento da sua identidade de gênero?**

João W. Nery: Desde a resignificação de termos como transformistas e entendidos, empregados durante a ditadura militar, que eram considerados pervertidos, criaturas perigosas e contaminadores da juventude, até a criação do personagem transexual pela Medicina em meados do século XX, houve um grande avanço na visibilidade dos LGBTs. Em 1995 criou-se em Cuiabá-MT, o Movimento Transexual Brasileiro, a primeira associação de defesa e lutas pelos direitos deste segmento. Em outubro de 1993 saiu a primeira parada LGBT no Brasil, em Copacabana, com poucos participantes e todos mascarados. Hoje se espalharam por todo o país, avançando a visibilidade da diversidade sexual, assim como foram criadas nas redes sociais múltiplos vídeos, blogs, ONGs. Em 2008 o SUS começou efetivamente o processo transexualizador operando um trans por mês em cada hospital credenciado. Hoje são 5, sendo 2 com as inscrições fechadas (RJ e SP). A falta de informação sobre este segmento é enorme, sobretudo quando ainda se confunde identidade de gênero com orientação sexual. Consequência esta das pouquíssimas universidades que têm em seu currículo a

cadeira de “Gênero e Sexualidade”, acarretando um total despreparo dos profissionais para lidar com os trans. Ultimamente a mídia vem divulgando mais esta questão em função da telenovela “A força do querer” da Gloria Perez, que, inspirada no livro *Viagem solitária*, aborda a questão das transmasculinidades. O IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, desde 2013 incluiu também os gêneros fluidos, não binários ou queers, que não querem ser rotulados e são contrários ao binarismo de gênero. Apesar de em 2011 o Supremo Tribunal Federal reconhecer, por unanimidade, a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar, a violência ficou mais permissiva e evidente. O Brasil continua liderando o ranking de morte de LGBTs, seguido do México, com quatro vezes menos. Um dos maiores problemas para a população transgênera continua sendo a falta de uma legislação de reconhecimento e protetora dos seus direitos civis. O nome social, além de não vigorar na maioria dos estados brasileiros, não é cumprido como deveria. Para preencher essa lacuna, os deputados federais Jean Wyllys e Érika Kokay protocolaram na Câmara, em 20 de fevereiro de 2013, o projeto de lei 5002, com o nome de Lei João W. Nery ou Lei de Identidade de Gênero (WYLLYS, KOKAY, 2013). O projeto de lei, em resumo, garante o direito do reconhecimento à identidade de gênero de todas as pessoas trans no Brasil, sem necessidade de autorização judicial, laudos médicos ou psicológicos, cirurgias, hormonioterapias. Preserva todo o histórico, assegura o acesso à saúde no processo de transexualização, despatologiza as trans identidades para a assistência à saúde e preserva o direito à família frente as mudanças no registro. Propõe, assim, que a psicoterapia só seja feita caso o interessado assim o desejar. O projeto foi feito com base na experiência da Lei de Identidade de Gênero argentina (aprovada por unanimidade no senado argentino). Atualmen-

te, vivemos um retrocesso político que trouxe o conservadorismo e uma influência neopentecostal dominante no Congresso e na sociedade em geral, invadindo quase todos os campos, o que dificultará a aprovação da Lei de Identidade de Gênero num plenário tão avesso aos direitos humanos.

**2. No seu livro *Viagem Solitária* você cita Kurt Lewin, que defendia a ideia que o comportamento é função da interação entre pessoa e ambiente. Ao realizar a mastoplastia masculinizadora e a pan-histerectomia em 1977, época da ditadura militar e 20 anos antes das cirurgias serem legalizadas, como você foi influenciado pelo ambiente que o cercava, e como você influenciou o ambiente que vivia?**

João W. Nery: Eu lia muito os antropólogos culturalistas e cada vez mais confirmava o que sempre defendi, que só se vira humano depois da linguagem. Aliás, nem corpo pré-linguístico pode existir.

Conversando com uma amiga sexóloga, soube da equipe do Hospital Moncorvo Filho que iniciava no Brasil estudos pioneiros sobre transexualismo. Tudo feito às escondidas e criminosamente. Um desafio para uma época que ouvi muitos “nãos”, mas sei que rompi barreiras quase intransponíveis. Mais por necessidade do que por coragem. O que influenciei o ambiente, só a história e o tempo dirão, mas com certeza, dei visibilidade para as transmasculinidades.

**3. Aos 37 anos, você viveu a paternidade, assumindo Yuri como seu filho, o qual sempre se revelou apaixonado e grato pelo pai que o acompanhou, deu amor incondicional, foi ouvinte, orientador, e que procurou não repassar condutas e atributos de gênero. Na discussão sobre homem grávido junto com seus amigos trans, aparece claramente a dificuldade de lidar com o “diferente” do que se espera de um transhomem e em estabelecer parâmetros do que pertence ao feminino e ao masculino ao gerar um filho. Qual é a sua avaliação a respeito?**

João W. Nery: Esta é uma questão polêmica mesmo dentro do segmento transmasculino, em que muitos apresentam ainda o machismo – essa epidemia sócio-patológica assassina. Porém já existem no mundo vários transhomens grávidos, ou por viverem com transmulheres ou por terem feito inseminação artificial. Como

menciono no meu último livro *Vidas Trans: a coragem de existir* (Ed. Astral Cultural, 2017), é necessário ter um programa alternativo para futuras reproduções antes das cirurgias de esterilização. Proporcionaria para os que quisessem futuramente ter filhos biológicos, poderem congelar o próprio sêmen/óvulos. Seriam abertas as portas da Ginecologia e da Obstetrícia para que não fossem consideradas especialidades unicamente femininas. Assim o sistema informatizado do SUS poderia ler nomes masculinos (no caso dos transhomens) sem classificar como fraude, como acontece hoje. Sou completamente favorável à desmistificação da naturalização da maternidade/paternidade como um dado inato e estereotipado, mas pessoalmente, acho a gravidez um desgaste físico brutal. Devíamos ter filhos pelos dedos, como dizia meu amigo Darcy Ribeiro.

**4. As cicatrizes físicas retrataram a realização e satisfação de uma identidade física que comportasse sua identidade de gênero. Quais são as cicatrizes emocionais que resultaram desse processo de reconstrução?**

João W. Nery: A principal foi poder ser lido pelos outros como eu me sentia. Mais feliz, com uma autoestima mais elevada, uma maior humanidade e disposto a ajudar os discriminados. A única fragilidade foi a perda do meu diploma, o que me acarretou consequências de dependência financeira e não ter uma estabilidade de emprego nem de aposentadoria.

**5. A partir da publicação de sua autobiografia, como ela contribuiu para o avanço dos estudos sobre transexualidade e para visibilidade das diversas sexualidades?**

João W. Nery: O compartilhamento da minha história possibilitou a muitas pessoas se identificarem comigo ou identificarem seus amigos e parentes, dentre outros. A procura por ajuda em todos os níveis foi tão grande, que me vi obrigado a me familiarizar com as redes sociais para atender aos diversos pedidos provenientes de pais de pessoas trans, que me pediam orientação; de filhos que não sabiam como se assumir perante a sociedade ou para os parentes; de transhomens que até então se autodeclaravam lésbicas masculinas, por desconhecem outras categorias, alguns dos quais já tinham tentado suicídio e viviam à base de antidepressivos; de indicação de profissionais especializados. Até he-

terossexuais homofóbicos e transfóbicos vieram me agradecer por terem se libertado do preconceito com a leitura do livro, o que me fez sentir que havia me tornado uma espécie de psicólogo virtual. A partir dos meus contatos pelo *Facebook* com trans do Brasil inteiro, estou fazendo uma espécie de primeiro censo de transmasculinidades e registrei, até junho de 2017, cerca de 3.500 em 26 estados. Atualizei-me sobre os mais recentes estudos sobre o gênero. Escrevi vários artigos sobre transmasculinidades, que estão publicados em revistas acadêmicas, em co-autorias, por não possuir um currículo lattes.

**6. Carol Duarte, atriz da novela *A força do querer* interpreta uma personagem trans-homem, cujo trama foi escrito por Glória Perez, e uma de suas fontes de pesquisa teria sido sua autobiografia. Como você avalia esse movimento da sociedade levando para diversos públicos conhecimentos sobre a realidade transgênero?**

João W. Nery: Acho maravilhoso. Faz-se necessário um esclarecimento urgente da transgeneridade, possibilitando uma visão renovada das identidades não cisheteronormativas para a população. Família, escola, trabalho, profissionais principalmente os da saúde precisam se conscientizar da importância de encarar novas realidades e entender o respeito que este segmento merece.

**7. O DSM-5 substituiu o termo “transtorno de gênero” para “disforia de gênero”, mantendo a patologização ou psiquiatrização das transidentidades. Mas cientistas mexicanos realizaram o primeiro estudo de campo que demonstra que as mudanças na identidade de gênero não são uma doença. O estudo, publicado na revista médica britânica *The Lancet Psychiatry*, é o primeiro de vários que já estão sendo feitos no Brasil, França, Índia, Líbano e África do Sul, e que serão apresentados em 2018 na discussão da 11ª versão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11) da OMS. Como você vê esse movimento para o desenvolvimento de políticas de saúde mais adequadas e para a desestigmatização?**

João W. Nery: Desde 2010, com a **Campanha Internacional Stop Trans Pathologization**, o mundo se mobilizou para retirar da classificação de transtorno mental ou disforia de gênero nos catálogos diagnósticos. E a APA é até hoje a “definidora-chefe” para o resto do mundo. Apesar

das inúmeras leis de identidade de gênero em vários países europeus e sul-americanos, todos exigem ainda o laudo psiquiátrico para a transição, inclusive a França, que fez uma “despatologização burocrática”. Somente a Argentina é que dispensou na sua lei o laudo. Além do mais, manter os trans doentes favorece o lucro dos laboratórios farmacêuticos, fortalece a “cisheteronormalidade” e a “sanidade” para os cisgêneros. É importante questionarmos o protocolo do SUS que impõe aos trans que se submetam, “obrigatoriamente”, por dois anos, a testes, psicoterapias e questionários sexistas. Há estudos sérios que comprovam o “teatro” que são as psicoterapias no processo transexualizador do SUS, como o do Prof. Rodrigo Borba, que em 2016 publicou pela Fiocruz seu livro *O (des)aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde*. Nele são gravadas várias sessões demonstrando como os padrões dos profissionais de saúde, quanto ao que é masculino e feminino, são impostos aos pacientes de forma estereotipada para que consigam obter o laudo necessário à transição. Os trans tomam conhecimento de antemão do que deverão dizer e como se comportar para serem aceitos, visando atender às expectativas binaristas do que é ser um “transexual verdadeiro”. São esses “especialistas” cisgêneros que farão o diagnóstico que dirá quem ele/a é e se poderão ou não mexer em seus corpos. Essa visão é binarista e autoritária, igualando a todos e não reconhecendo nuances e diferenças.

Ser um “disfórico de gênero” pode também ser visto por alguns trans como uma isenção de responsabilidade sobre sua própria condição. Entretanto, aceitar esse rótulo é abrir mão da sua própria autonomia,

Outra consequência grave de considerar a transexualidade uma patologia, colocando o gênero como uma categoria diagnóstica, é a pressão exercida sobre crianças e adolescentes trans, que são levados a se ver como doentes. É muito séria a internalização da transfobia, transformando o sofrimento de seres frágeis, ainda em formação, em alvos merecedores de punição ou praticantes de pecado. Como diz um amigo meu: “ser patologizado é fazer escambo com sua dignidade, é autorizar outrem a tutelar nossas vidas e corpos, é doar aos nossos inquisidores e carrascos o chicote que nos violenta com suas definições, laudos, testes, comprovações e todas as artimanhas”.

“Há algum tempo o DSM vem sendo anali-

sado como uma peça de controle social, discurso moralista disfarçado em pele científica. Por que psiquiatras insistem em falar e normatizar questões que dizem respeito ao direito do sujeito à autodeterminação? ” (Bento, 2016).

Acrescento algumas conclusões da Dra. Berenice Bento do seu pós-doc nos Estados Unidos sobre o GT que estuda o DSM5:

“A composição do GT transtornos sexuais e de identidade de Gênero do grupo de estudos e de consultores é basicamente formada por pesquisadores estadunidenses e psiquiatras. E há um total desinteresse por outros contextos culturais e significados para as múltiplas expressões de gênero; a concepção de gênero está fundada na noção dimórfica dos corpos sexuais; as referências bibliográficas são endogâmicas, os membros do GT citam uns aos outros, resultando na produção intencional de um cânone; ausência de qualquer validade científica. Não existe nenhuma pesquisa aceita que assegure a determinação biológica para a origem das identidades do gênero, conforme o próprio GT reconhece e, por fim, a dimensão violenta do texto está em tentar ler a diversidade das expressões de gênero pela lupa de uma cultura específica.”

## **8. O que você diria hoje para alguém que está iniciando o processo pelo qual você passou? E o que diria para os familiares que acompanharão essa trajetória de vida?**

João W. Nery: Orgulhem-se de serem transexuais, pois somos resistência ao biopoder, Nossos corpos são políticos, pura transcendência de querer ser o que desejamos. Nascemos como uma flor rara do pântano desta hipocrisia social que, preocupada em se definir como “normal”, aponta o dedo em riste para nos culpar, adoentar, visando enfatizar a genitalização como responsável pela definição do gênero, alegando uma naturalização e uma universalidade fictícia para discriminar, lucrar, hierarquizar e se tornarem possuidores de um biopoder ilusório de perfeição. Quanto aos familiares confusos, aconselharia procurar grupos de pais que há no *Facebook* (em todos os estados), como os da Mães pela Diversidade (<https://www.facebook.com/groups/842555495786499/>), que dão apoio e esclarecimentos aos pais de LBGTs.

## **9. Considerações finais**

João W. Nery: Como escritor e ativista sigo

na perspectiva de que minha experiência e meu testemunho possam colaborar para a *(trans) formação* da subjetividade das novas gerações, construindo uma sociedade mais aberta, democrática e respeitosa aos direitos da diversidade, em que cada um, enfim, poderá ser livre para dizer: “Eu sou o que eu quiser”.

Raquel Simone Varaschin - Psicóloga.

Pós-graduada em Sexualidade Humana, formação em terapia de casal e pós-graduada e especialista em Neuropsicologia. Vice-presidente da SBRASH - Gestão 2016-2017. Membro da ISSM, SLAMS e FLASSES.

## **Contato**

[http://www.youtube.com/playlist?list=PL6A63F8F265F760DF&action\\_edit=1&feature=view\\_al](http://www.youtube.com/playlist?list=PL6A63F8F265F760DF&action_edit=1&feature=view_al).

Alguns artigos:

<https://independent.academia.edu/Jo%C3%A3oWalterNery>.

Perfil no FACEBOOK: <https://www.facebook.com/JWNery>

Tel: (21) 2621 7951